

HABEAS CORPUS Nº 549.160 - MG (2019/0359510-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : RAFAEL HENRIQUE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : RAFAEL HENRIQUE DA SILVA - MG135611
MARCELO GONCALVES DE OLIVEIRA - MG135796
LUIS FERNANDO SILVA - MG196138
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DOUGLAS VITORIO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DOUGLAS VITORIO ALVES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu pedido liminar (HC n. 1.0000.19.158795-5/000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, pela suposta prática do crime previsto no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006, sendo a custódia convertida em prisão preventiva.

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. O pedido liminar, no entanto, foi indeferido (e-STJ fls. 41/44).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, a nulidade do flagrante, sob o argumento de que "houve apenas denúncia apócrifa dando conta de eventual, possível, incerta, hipotética prática de crime de tráfico de drogas por parte do Paciente sendo certo que tal denúncia, por si só, é incapaz de configurar fundada suspeita a autorizar uma revista íntima no Paciente" (e-STJ fl. 5).

Sustenta não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP.

Sublinha ser o paciente primário, detentor de bons antecedentes, além de possuir residência fixa e ocupação lícita.

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares alternativas como a prisão domiciliar, tudo com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007)

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é

possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Quanto à alegação de ilegalidade da prisão preventiva, a decisão que decretou a medida cautelar considerou relevantes as circunstâncias concretas do caso para justificar a necessidade de imposição da prisão para garantia de ordem pública, principalmente pelo fato de ter sido apreendida considerável quantidade de entorpecente de alto poder lesivo (95,0g de cocaína).

Nesse contexto, em princípio, o *decisum* impugnado encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual, "prisão fundamentada na qualidade e quantidade da droga apreendida [é] motivação considerada idônea para a manutenção da segregação de natureza cautelar" (AgRg no HC n. 323.444/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015).

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator